

UPR RELATÓRIO BRASILEIRO
EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Submissão individual enviada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como relatório paralelo de sociedade civil para participar do Grupo de Trabalho de Revisão Periódica Universal em sua 41ª Sessão (nov 2022), 4º ciclo do Brasil



INTRODUÇÃO

1. O Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil. Buscando aumentar o número de defensores de direitos humanos, o IDDH desenvolve projetos nas áreas de educação (treinamento e pesquisa) e advocacy (articulação e monitoramento). O IDDH organiza cursos de capacitação sobre sistemas internacionais de direitos humanos há mais de 15 anos para fortalecer o espaço cívico no Brasil e aumentar o número de defensores de direitos humanos engajados em mecanismos internacionais.
2. O IDDH tem status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) desde 2016, também é membro do [Grupo de Trabalho de ONGs para Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas](#), da Comissão de Obrigações Internacionais do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).), e o [GT Sociedade Civil Brasileira para a Agenda 2030](#). Desde 2017, o IDDH coordena a [UPR Brazil Coalition](#), uma coalizão nacional de mais de 30 OSCs brasileiras de organizações e redes atuantes na Revisão Periódica Universal no país.
3. Desde 2020, buscando ampliar os espaços de formação e, assim, a advocacia dos direitos humanos em todas as regiões do Brasil, o IDDH expandiu suas atividades para o mundo virtual, construindo plataformas participativas e dinâmicas, como a exclusiva plataforma de ensino [Educar DH](#) e a [Plataforma RPU Brasil](#).
4. O presente relatório é a união de dois objetivos institucionais do IDDH: a) aumentar o número de defensores de direitos humanos no Brasil por meio do fortalecimento da sociedade civil para atuar nos espaços cívicos nacionais e internacionais; eb) promover a Educação em Direitos Humanos (EDH) por meio da implementação do Programa Mundial das Nações Unidas para Educação em Direitos Humanos (WPHRE - A/RES/66/137, 2011).
5. Em relação ao WPHRE, o IDDH desenvolve desde sua fundação atividades de promoção de EDH para diferentes públicos, como grupos de mulheres, povos tradicionais, educadores escolares, jornalistas e servidores públicos do sistema de justiça (fases anteriores do WPHRE - desde 2005). Agora, na [4ª fase \(2020-2024\)](#), a ONU selecionou a Juventude como público-alvo e, por isso, o IDDH pretende, por meio da implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.7, ampliar suas atividades em EDH para aumentar a voz ativa do população jovem brasileira na defesa dos direitos humanos.
6. Buscando seguir nossa missão, implementar a 4ª fase do WPHRE e alcançar as ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes), o IDDH estabeleceu recentemente um **Programa de Juventude** focado sobre o fortalecimento da participação cívica de jovens defensores de direitos humanos nos fóruns internacionais de direitos humanos.

METODOLOGIA

7. A estagiária do Programa Jovem do IDDH organizou uma oficina com meninas e meninos de sua escola, de 13 a 17 anos, para trabalhar em conjunto com o IDDH na avaliação da implementação brasileira das recomendações da RPU. A oficina foi dividida em duas partes: 1. Uma explicação sobre a UPR e como os Jovens podem se engajar nesse mecanismo; 2. Os participantes foram divididos em 3 grupos, e cada um deles recebeu uma categoria diferente de recomendações. O estagiário facilitador estudou as recomendações e pré-selecionou 10 relacionadas à educação, gênero e juventude. Com essa tarefa, cada grupo teve que ler sobre os temas das recomendações e chegar a uma avaliação conjunta do estado de implementação e justificá-la com dados confiáveis (leis, políticas públicas, publicações oficiais, artigos de jornal, entre outros).
8. A avaliação das recomendações indica o nível de implementação, desde “Implementado”, “Parcialmente implementado” ou “Não implementado”, caso em que também pode ser avaliado como em retrocessos.
9. As recomendações selecionadas foram divididas em três seções distintas:
 - Primeira seção: recomendações 165, 168 e 199 sobre **Educação e Juventude**;
 - Segunda seção: recomendações 68, 174 e 175 sobre **grupos minoritários**;
 - Terceira seção: recomendações 152, 169, 170 e 172 sobre **Educação**.

AVALIAÇÕES:

10. As recomendações 165, 168 e 199, sobre a melhoria do ensino intercultural e a redução das desigualdades na educação brasileira, **não estão sendo implementadas** e são consideradas **em retrocesso**.
11. Analisando essas recomendações no atual contexto brasileiro, fica claro a falta de atenção do Estado com uma educação equitativa. A implementação do [Novo Ensino Médio no Brasil 2022](#)¹, também com a eliminação de disciplinas obrigatórias como Filosofia e Sociologia, coloca em retrocesso a recomendação 168. Além disso, o aumento do [incentivo do governo ao ensino técnico](#)² compromete as perspectivas de

¹ BRASIL. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>

² BRASIL. Novos rumos para a educação no Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/03/novos-rumos-para-a-educacao-no->



jovens que ingressam na universidade, uma vez que o ensino técnico tem a função de formar rapidamente uma mão de obra especializada - com um curso técnico não é necessário ter nível superior para ingressar no mercado de trabalho. Adicionalmente, universidades brasileiras requerem os vestibulares para a entrada no ensino, que pode ser difícil principalmente para alunos de escolas públicas - como resultado do baixo investimento do Governo em materiais escolares, meio ambiente e professores. Em 2021, [o número de alunos pretos, pardos e indígenas caiu mais de 50%](#)³, exemplificando como as medidas educacionais atuais não são suficientes para reduzir as desigualdades sociais.

12. As recomendações 68, 174 e 175, sobre a inclusão de grupos minoritários, e a eliminação da discriminação contra esses grupos por meio da educação em direitos humanos, não estão sendo implementadas.

13. A discriminação e a desigualdade no Brasil ainda são uma realidade em todas as regiões do país. Segundo [o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#), 71,7% dos jovens fora da escola são negros, enquanto apenas 27,3% destes são brancos⁴. Ações efetivas para manter os jovens na escola e melhorar o fluxo entre as séries do estágio continuam ainda mais fundamentais devido à pandemia de Covid-19. O [Anuário Brasileiro da Educação Básica \(2021\)](#), mostra que de cada dez jovens de 15 a 17 anos nas famílias mais ricas, nove estavam cursando o ensino médio. Mas apenas sete em cada dez moradores dos domicílios mais pobres frequentam a escola na fase adequada, o que significa que três estão fora da escola, ainda cursando o ensino fundamental, ou simplesmente estão fora da escola, por abandono ou evasão. No Norte, apenas 49% dos alunos estavam na escola, contra 92% no Sul e 87% no Sudeste. Esses dados mostram como nosso país é desigual e como é necessário apoiar políticas públicas para reduzir a discriminação em todas as formas.

14. Além disso, problemas sociais como homofobia, desigualdades sociais e sexismo não são abordados no currículo nacional. O [Anuário Brasileiro da Educação Básica \(2021\)](#)⁵ apontou que apenas 26,1% das escolas brasileiras possuem projetos relacionados ao combate à homofobia, 15,8% possuem projetos sobre desigualdade de gênero, 48,% possuem projetos sobre temas étnico-raciais e/ou racismo e 35,9% têm sobre a desigualdade social. A falta de Educação em Direitos Humanos torna

[brasil#:~:text=%C3%89%20um%20increase%20escalated%2C%20year,educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20e%20t%C3%A9cnico%20professionalizing.](#)

³ G1. Enem 2021: número de inscritos pretos, pardos e indígenas cai mais de 50%. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/08/27/enem-2021-cai-negros-pardos-indigenas-inscritos.ghtml>

⁴ BRASIL. Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

⁵ Todos Pela Educação, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf



esses aspectos ainda mais disseminados no ambiente escolar, causando possíveis agressões e transtornos a grupos minoritários.

15. Ao mesmo tempo, houve um aumento da violência contra crianças e adolescentes entre 2018 e 2019, mais de 105 mil denúncias de violência contra mulheres e meninas (doze por hora), mais de 95 mil denúncias de violações contra crianças e adolescentes, segundo a [Relatório em Destaque da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável 2021 Brasil](#)⁶.
16. Outra questão importante a ser abordada é a falta de inclusão da comunidade indígena na educação, incluída na recomendação 175. Apesar de o Ministério da Educação (MEC) ter o [Plano Nacional de Educação Escolar Indígena \(PNEEI\)](#)⁷, contendo diversas medidas para melhorar ensino nessas comunidades tradicionais, dificilmente vemos essas propostas sendo implementadas na grande maioria das escolas. Em [2019, 1.970 escolas indígenas não tinham acesso à água potável e 1.076 não tinham energia elétrica](#)⁸, mostrando como essas necessidades básicas de ensino (e vivência) não estão sendo atendidas na educação indígena. Concluindo, o governo brasileiro precisa urgentemente mudar suas medidas na abordagem da educação inclusiva e dos direitos humanos.

17. As recomendações 152, 169, 170 e 172, sobre o direito à educação inclusiva da criança e a implementação da Declaração de Incheon, não estão sendo devidamente implementadas e são consideradas em retrocesso.

18. Em relação às recomendações acima, percebe-se que elas não estão sendo implementadas. Tomando como referência nosso estado, Santa Catarina (SC), é possível entender o porquê: [em 2021, mais de 10.000 alunos deixaram de frequentar a escola e apenas 2.000 deles retornaram às salas de aula](#)⁹. Em Joinville (SC), há uma grande parcela de escolas públicas acessíveis a jovens de todos os bairros, mas por terem que usar o horário escolar para trabalhar e ajudar no sustento familiar, os alunos acabam não terminando ou até mesmo deixam de frequentar a escola. Em 2020, mais de 4.0288.296¹⁰ alunos não estavam matriculados na escola.

⁶ Relatório em Destaque da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável 2021 Brasil. Disponível em:

https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/08/en_rl_2021_webcompleto_27agosto.pdf

⁷ <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/pne.pdf>

⁸ BRASIL. MEC trabalha por avanços na educação escolar indígena, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/206-noticias/1084311476/75261-mec-trabalha-por-avancos-na-educacao-escola-indigena>

⁹ SED. Governador do Estado lança bolsa estudante de combate à evasão escolar, 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31219-governador-lanca-programa-bolsa-estudante-para-fight-avoidance-school>

¹⁰ Coalizão RPU. Relatório UPR no contexto da COVID-19.

https://plataformarpu.org.br/storage/publications_documents/pf8qPxasVS5ad6V3FRP7zzhgyNaZzJ6RK5Hkts2y.pdf



19. Considerando as recomendações 152 e 169, mais de 7,8% dos alunos com condições especiais sofrem alguma forma de segregação na educação. Em 2019, 58,3% dos jovens declarados pretos e 59,7% declarados pardos haviam concluído o ensino médio com até 19 anos, enquanto na comunidade branca esse número subiu para 75%¹¹, evidenciando as disparidades no ambiente escolar. Além dos problemas com a inclusão dos alunos, há problemas financeiros relacionados à falta de recursos para investimento na melhoria da educação pública, que começou em 2017.
20. Para a implementação dessas recomendações, o governo brasileiro precisa estabelecer medidas, políticas públicas e garantir oportunidades para crianças e adolescentes de diferentes regiões, etnias, gêneros, sexualidades e classes sociais.

RECOMENDAÇÕES

Considerando as avaliações acima, nossas recomendações são:

- I. Garantir o financiamento suficiente na Educação, especialmente para as escolas públicas, proporcionando aos alunos e professores materiais e bibliotecas atualizadas, recursos financeiros e toda a formação educacional necessária. Investir também na saúde pública para a existência de escolas multifuncionais, com rede de apoio composta por psicólogos, nutricionistas, com foco em uma educação humanizada para que as crianças tenham seu bem-estar cuidado em seus ambientes escolares;
- II. Assegurar que todas as crianças e adolescentes estejam plenamente inseridos no ambiente escolar, em especial aqueles com deficiência, indígenas e quilombolas;
- III. Garantir a discussão aberta sobre temáticas raciais, sociais, LGBTQIA+ e gênero em todos os currículos;
- IV. Promover políticas públicas para que o currículo básico brasileiro inclua a Educação em Direitos Humanos, bem como o retorno de disciplinas como Filosofia e Sociologia;
- V. Garantir recursos às comunidades locais e às escolas brasileiras para o acompanhamento e implementação do Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), especialmente os direitos educacionais desde a primeira infância até a educação de jovens, adultos e ensino superior, promovendo a diversidade e resistindo ativamente e prevenindo a privatização da educação .

¹¹Todos Pela Educação. Do início ao fim: população negra tem menos oportunidades educacionais, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/>